

ZEUS ELÉTRICA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR RAFAEL AUGUSTO OLINTO,
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE
GUAXUPÉ-MG.

Ref. Processo Licitatório nº 282/2021

Tomada de Preços nº 12/2021

Tipo Menor Preço por Empreitada Global

ROGERIO ANTUNES SILVA LTDA, nome fantasia Zeus Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.571.480/0001-50, estabelecida na rua Santa Terezinha, nº 25, sala 01, bairro Todos os Santos, Montes Claros/MG, CEP: 39.400-116, endereço eletrônico zeusiluminacao@gmail.com, neste ato representada pelo seu sócio administrador, Rogério Antunes Silva, vem, respeitosamente, diante da presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e subitem 14.14. e seguintes do Edital do Processo Licitatório nº 282/2021, Tomada de Preços nº 12/2021, interpor a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

em razão de exigências que somadas resultam num ilegal e involuntário direcionamento do certame, o qual reduzirá amplamente a competitividade, sacrificando os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública, que ora passa a aduzir os fundamentos.

I- DO RECEBIMENTO POR MEIO ELETRÔNICO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaxupé-MG, tornou público o Edital do Processo Licitatório nº 282/2021, Tomada de Preços nº 12/2021, objetivando a instalação no Município de luminárias no Parque Municipal da Mogiana.

RUA SANTA TEREZINHA, nº 25, SL.01
TODOS OS SANTOS - MONTES CLAROS, MG - CEP: 39.400-116
CELULAR: (38) 9105-7579 / (38) 3082-2913

ZEUS ELÉTRICA

O preâmbulo do Edital dispõe sobre os pedidos de esclarecimentos referentes ao certame, momento em que prevê expressamente a possibilidade de protocolo dos pedidos de esclarecimentos via e-mail, vejamos:

As solicitações de esclarecimento de dúvidas a respeito de Condições deste Edital deverão ser endereçadas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação preferencialmente, até o **terceiro dia útil** que anteceder a data estabelecida neste instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes de Habilitação e Proposta, através do e-mail prefeituragxp@yahoo.com.br, cabendo à empresa interessada confirmar seu recebimento.

O subitem 14.14.1. e seguintes do Edital dispõe sobre o tempo e modo para apresentação de Impugnação ao Edital, elencando que deve ser o pedido protocolado diretamente na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura, **sendo vedado o protocolo por meio eletrônico**, in verbis:

14.14.1. A impugnação deverá ser protocolada exclusivamente na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura, localizada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, n.º 113 – pavimento superior - Centro Guaxupé MG - CEP 37800-000, no horário das 09:00 às 16:00 horas.

14.14.2. Não serão aceitas impugnações enviadas via “fax”, internet ou qualquer outro meio de comunicação.

O controle social das atividades da Administração Pública, previsto do art. 5º, XXXIV, da Constituição Federal, bem como no art. 15, § 6º e art. 41, § 1º da Lei 8.666/93, **busca garantir o amplo exercício do direito de petição**, de modo que cabe a Administração Pública garantir e facilitar o exercício deste controle social.

Por tal razão o **Tribunal de Contas da União**, no **Acórdão do Plenário nº 2266/2011**, de relatoria do Ministro Augusto Sherman, dispõe sobre a irregularidade na exigência de apresentação física de Impugnações, vejamos:

“6.1.7) vedação à apresentação de impugnações e recursos por meio de telegrama, via postal ou fac-símile (fax), cerceando o pleno gozo do direito de petição garantido no art. 5º, inciso XXXIV, alínea a, da Constituição Federal;”

O **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, no julgamento do **Processo nº 7485/989/19**, de relatoria do nobre conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, decidiu pela ilegalidade da exigência de protocolo físico da impugnação, *ipsis litteris*:

ZEUS ELÉTRICA

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP DE SEGURANÇA. EXIGÊNCIA DE ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO RESTRITIVO. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL. EXIGÊNCIA DE PROVA DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRELADO AO VALOR DA PROPOSTA DAS LICITANTES. AUSÊNCIA DE REGRAS NO EDITAL SOBRE SANÇÕES POR ATRASO NO PAGAMENTO. **IMPOSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA POR MEIO ELETRÔNICO.** PROCEDÊNCIA PARCIAL. 1. A fixação dos índices econômico-financeiros, notadamente em relação ao grau de endividamento, deve guardar pertinência com o ramo de atividade da empresa licitante, a fim de aferir sua boa situação financeira e verificar se é suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, em conformidade ao disposto no § 5º do artigo 31 da Lei nº 8.666/93. 2. **Impugnações administrativas ao ato convocatório também devem ser permitidas por outros meios que não somente o protocolo presencial, viabilizando o exercício desse direito para licitantes que não possam comparecer diretamente na sede do órgão contratante.**

Durante o voto o nobre Conselheiro do TCESP afirmou que a matéria encontra-se pacificada no âmbito do Tribunal de Contas, vejamos:

“Impende destacar que a jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de que impugnações administrativas ao ato convocatório também devem ser permitidas por outros meios que não somente o protocolo presencial, viabilizando o exercício desse direito para licitantes que não possam comparecer diretamente na sede do órgão contratante.”

Assim, diante da omissão no Edital referente ao endereço eletrônico para o qual devem ser dirigidas as Impugnações, encaminha esta Impugnação ao Edital para o endereço apto a receber os pedidos de esclarecimentos (prefeituraqxp@yahoo.com.br), **momento que requer desde já que a presente Impugnação seja considerada protocolada em tempo e modo corretos.**

II- DA TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua sessão pública de abertura dos envelopes agendada para o dia **26 de novembro de 2021, às 09:00 horas (horário de Brasília).**

ZEUS ELÉTRICA

O art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, dispõe que as impugnações podem ser encaminhadas “até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência”, vejamos:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º **Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes** de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, **tomada de preços** ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Assim, **a presente Impugnação, apresentada dentro do prazo limite de 02 (dois) dias úteis antecedentes a abertura da sessão pública** deve ser considerada plenamente tempestiva.

III - DAS RAZÕES FÁTICAS

Foi publicado o Edital do Processo Licitatório nº 282/2021, Tomada de Preços nº 12/2021, Tipo Menor Preço por Empreitada Global, no site da Prefeitura Municipal de Guaxupé-MG, momento em que a empresa, ora Impugnante, obteve o Edital e passou a analisar todas as suas condições.

Ocorre que após as verificações, a empresa detectou graves vícios no referido edital, os quais põem em risco a sua participação no certame, tanto quanto de quaisquer outros prováveis interessados.

Diante dos fatos, deve ser analisada a respectiva impugnação ao Edital publicado pela Administração Pública Municipal, conforme será demonstrado adiante.

IV – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

a) Ilegalidade da exigência prevista no preâmbulo do Edital que estabelece vistoria técnica obrigatória.

ZEUS ELÉTRICA

O subitem 5.2.4.5.1. do Edital estabelece que o licitante **deverá** obrigatoriamente proceder a vistoria no local de execução das obras:

5.2.4.5.1. A visita técnica **deverá** ser agendada na Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, endereço Rua Major Joaquim Pedro, 39 – Centro – Guaxupé/MG – fone (35) 3559-1089, com a servidora Fernanda Aparecida Bernardes de Sousa para ser realizada entre os dias **11 a 25 de novembro de 2021**, nos horários das 09:00 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:00 horas.

Assim o atestado de vistoria é elencado no Edital como documento indispensável para comprovar a qualificação técnica da Licitante.

Dentre os princípios basilares da licitação encontra-se o Princípio da Competitividade, que justifica-se pela busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assim, quanto maior a competição, maior a chance de se encontrar a proposta mais vantajosa para o ente municipal.

O **art. 3º, §1º, I, da Lei Federal nº 8.666/1993** dispõe sobre a vedação do agente público criar mecanismos aptos a mitigar a competitividade nos processos licitatórios.

Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

ZEUS ELÉTRICA

Ocorre que o ente municipal, sem qualquer justificativa plausível, exigiu no Edital em epígrafe a obrigatoriedade da visita técnica pelas empresas licitantes interessadas. Exigência em desacordo com a legislação e jurisprudências que permeiam a matéria.

A referida exigência limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto.

A doutrina e jurisprudência são uníssonas no sentido de que a visita técnica só pode ser obrigatória quando a complexidade ou natureza do objeto a justifiquem, tratam-se de exceção, justamente por acarretar ônus aos licitantes capazes de mitigar a concorrência do certame.

O Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 656/2016, de relatoria do Ministro Augusto Sherman, trouxe o seguinte enunciado:

“A exigência no edital de visita ao local da obra é admitida apenas quando for imprescindível e devidamente justificada pela Administração, devendo o instrumento convocatório prever, nos demais casos, a possibilidade de substituição do atestado de visita por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto da licitação.”

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é cristalina quanto vedação da obrigatoriedade da visita técnica sem a comprovação da sua imprescindibilidade pela Administração, vejamos:

Acórdão 1823/2017-TCU-Plenário

"Acrescento, entre aquelas já discutidas, a irregular exigência de atestado de visita técnica (item 7.1.10 do edital, peça 4, p.9) , sob pena de desclassificação da proposta, sem a devida motivação nem alternativa de apresentação, pelas licitantes, de declaração de opção de não realizar a vistoria sem prejudicar a consecução do objeto, em desacordo com a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI, com a Lei 8.666/1993, art. 3º, §1º e com a Jurisprudência do TCU (Acórdãos 655/2016, 656/2016, 234/2015, 1.955/2014, 1.604/2014, 714/2014, 1.731/2008, todos do Plenário do TCU) ."

Acórdão 2672/2016-TCU-Plenário

"46. Aduzo que a exigência de visita técnica é legítima, quando imprescindível ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, o que deve ser justificado e demonstrado pela administração no processo de licitação. No caso em exame, julgo que a realização de visita técnica pouco contribui para o conhecimento do objeto, pois se trata de nova construção, executada em terreno baldio. Ademais, trata-se de obra realizada em local público, não havendo nenhuma restrição ao acesso ou necessidade de presença da Administração para que os potenciais interessados inspecionassem o seu sítio e realizassem os levantamentos que entendessem pertinentes."

Acórdão 655/2016-TCU-Plenário

"28. No entanto, tal exigência não foi expressamente justificada. É que a vistoria ao local das obras até é admitida, mas somente deve ser exigida quando for imprescindível ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação. O que a Lei 8.666/93 prevê, em seu art. 30, inciso III, é a comprovação, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Entende ainda esta Corte, de forma pacífica (Acórdãos 372/2015, 341/2015, 3291/2014 e 2826/2014, todos do Plenário, entre outros) , que, para atendimento ao citado dispositivo legal, é suficiente a declaração do licitante de que possui pleno conhecimento do objeto. A exigência da visita ao local da obra é admitida apenas quando for imprescindível e devidamente justificado pela administração, o que não restou demonstrado na presente situação."

No caso em comento, nota-se que o Projeto Básico anexo ao edital pormenoriza todas as especificações do local onde serão realizados os serviços, razão pela qual a obrigatoriedade da visita técnica não se justifica, devendo ser tratada como um direito, não uma obrigação dos *players*, vez que para a boa compreensão das condições de prestação dos serviços basta a análise atenta do instrumento convocatório.

Neste sentido, o Edital em epígrafe não traz justificativa capaz de comprovar a imprescindibilidade da visita técnica, razão pela qual o atestado de visita técnica pode ser substituído por declaração do responsável técnico da empresa atestando que possui pleno conhecimento do objeto do certame.

b) Da Portaria n.º 20, de 15 de fevereiro de 2017 do INMETRO.

As especificações técnicas do objeto contidas no Projeto Básico estabelecem que as luminárias a serem instaladas no Parque Municipal da Mogiana devem atender as especificações contidas na **Portaria n.º 20, de 15 de fevereiro de 2017 do INMETRO**.

A Portaria INMETRO n.º 20/2017 traz o regulamento técnico da qualidade das luminárias para iluminação pública viária, assim o Município encontra-se correto em fazer referência a Portaria.

Imprescindível pontuar que tal Portaria determina as **características típicas** de todas as luminárias para iluminação pública comercializadas no Brasil, fazendo com que a imensa maioria dos fabricantes de luminárias utilizem os requisitos técnicos contidos na Portaria como especificações técnicas de suas luminárias.

Assim, a exigência pela Administração Pública de especificações estranhas as especificações da Portaria INMETRO n.º 20/2017 faz com que o objeto licitado contenha **características atípicas** dos demais produtos existentes no mercado.

A Portaria INMETRO n.º 20/2017 estabelece no Anexo I-B que as luminárias para iluminação pública viária que utilizem tecnologia LED devem oferecer **o fator de potência (FP) não inferior a 0,92**, vejamos:

A.5.4 Fator de potência

A.5.4.1 O fator de potência medido não deverá ser inferior a 0,92. O fator de potência medido do circuito não deve ser inferior ao valor marcado por mais de 0,05, quando a luminária é alimentada com tensão e frequência nominais.

Link: <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC002452.pdf>

Ocorre que o Edital, **erroneamente**, exige luminárias com fator de potência **maior que 0,98 FP, característica completamente atípica** aos produtos existentes no mercado, vejamos:

ZEUS ELÉTRICA



PREFEITURA DE
GUAXUPÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE
PLANEJAMENTO E URBANISMO

- Luminária LED tipo PÚBLICA 180W, IP-67, FP>0,98, 65.000 horas com ajuste de ângulo, com tomada base relé 7 pinos. INMETRO PT 20/2017.

No mesmo sentido, a Portaria INMETRO n.º 20/2017 estabelece no Anexo I-B que as luminárias para iluminação pública viária que utilizem tecnologia LED devem oferecer **garantia não inferior a 5 (cinco) anos**, vejamos:

k) garantia do produto, a partir da data da nota de venda ao consumidor, sendo, no mínimo, de 60 meses;

Link: <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC002452.pdf>

Entretanto, apesar de fazer a correta referência a Portaria INMETRO n.º 20/2017, o Edital exige **garantia de 06 (seis) anos** das luminárias, **característica atípica** aos produtos existentes no mercado.

c. Declaração de garantia por defeito de fabricação, pelo prazo mínimo de 6 (seis) anos, expedida e assinada pelo fabricante do produto.

O art. 37, XXI, da CR/88 determina que as compras públicas devem ser pautadas no **princípio constitucional da ampla competitividade**:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados **mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de**

ZEUS ELÉTRICA

condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em consonância com a norma constitucional, o § 5º do art. 7º da Lei n. 8.666/1993 **proíbe a realização de licitação de produtos e serviços sem similaridade ou de marca**. Mais adiante, o inciso I do § 7º do art. 15 do mesmo estatuto dispõe que nas compras deve haver a especificação do bem a ser adquirido sem indicação de marca, vejamos:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

(...)

5º É **vedada** a realização de licitação cujo objeto inclua **bens** e serviços **sem similaridade** ou de marcas, **características e especificações exclusivas**, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

No caso dos autos, **a exigência de garantia mínima e fator de potência (FP) de luminárias diversas das similares no mercado, sem justificativa técnica**, configura ofensa ao § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei n. 8.666/1993, pois restringe indevidamente a competitividade do certame, *in verbis*:

Art. 3º **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da

ZEUS ELÉTRICA

probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Persentindo as características atípicas diversas das contidas na Portaria INMETRO n.º 20/2017 é possível ocorrer indevida restrição à competitividade na licitação, vez que o Município estaria excluindo outras luminárias que igualmente poderiam atender às necessidades da Administração Pública.

A empresa ora Impugnante realizou uma rápida pesquisa de mercado no intuito de buscar as luminárias que atendem todas as especificações do Edital, não encontrando uma quantidade razoável de marcas e modelos aptas a atender o certame, razão pela qual requer que o Município se preste a informar quais as marcas e modelos que constam nos orçamentos que compõe o preço médio do Termo de Referência.

O Tribunal de Contas da União já manifestou no sentido de que o Termo de Referência não pode conter características atípicas na descrição do produto, sob pena de direcionamento do certame e sua consequente anulação, vez que cabe ao órgão licitante realizar vasta pesquisa mercadológica antes de elaborar o termo de referência, vejamos:

Acórdão 2383/2014-TCU-Plenário

"Mas é exatamente esse o procedimento que deveria adotar para seguir a legislação e os princípios constitucionais de impessoalidade e de isonomia entre os licitantes. A empresa pública precisa relacionar, dentre as fragmentadoras disponíveis no mercado, aquelas que atendem à sua necessidade. Apenas após essa identificação deve elaborar o termo de referência, pois de nada serve aquele cujas exigências não são atendidas por nenhum modelo. E, se apenas um equipamento ou uma marca

atender a especificação, em mercado de oferta diversificada, esse termo é supostamente dirigido e, portanto, passível de anulação."

Isto posto, considerando que as especificações elencadas no Termo de Referência do Edital, principalmente as opções pelo fator de potência(FP) maior ou igual a 0,98 e pela garantia de 06 (seis) anos, exigências diversas das contidas na Portaria INMETRO n.º 20/2017, o consórcio licitante restringiu desnecessariamente a ampla participação no certame, carecendo ainda o Edital de justificativas técnicas plausíveis para a exigência de fator de potência tão discrepante do determinado pelo INMETRO, bem como da exigência de garantia atípica.

V - DOS REQUERIMENTOS

Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Tendo em vista que a sessão pública está designada para dia **26 de novembro de 2021**, requer, ainda, seja conferido efeito suspensivo a esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados.

Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que seja a presente Impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor.

Requer, por fim, que seja informado por Vossa Senhoria, quais as marcas/modelos das luminárias que foram pesquisadas para aferição do preço médio da presente licitação.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Montes Claros, 12 de novembro de 2021.

ZEUS ELÉTRICA

ROGERIO ANTUNES SILVA LTDA

Rogério Antunes Silva

CPF: 071.900.926-09

RUA SANTA TEREZINHA, nº 25, SL.DI
TODOS OS SANTOS - MONTES CLAROS, MG - CEP: 39.400-116
CELULAR: (38) 9105-7579 / (38) 3082-2913

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/676A-1537-6BC8-CC8E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 676A-1537-6BC8-CC8E



Hash do Documento

BA7980C14159E6CCE5AC71EBAE70DD1D24C43B319571B36C8EEB9109E0487FA2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/11/2021 é(são) :

☒ Rogério Antunes Silva (Signatário) - 071.900.926-09 em
15/11/2021 19:59 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

